

1. DUAS PERSPECTIVAS ORTOGONAIS PARA A DETERMINAÇÃO DO SOCIAL¹

José Rodrigues dos Santos²

4.1 Determinação do “social” pela escala de observação e nível fenomenológico

Conforme acima indicámos, na expressão proposta por Berthelot – “ciências *do social*”, é mais uma vez a questão essencial que parece ser dada por adquirida e permanece sem tratamento: o que é “o social” que permite definir um campo de ciências que lhe são consagradas em próprio?

Os principais defeitos da vulgata pedagógica no que concerne às CS são, em primeiro lugar, uma *restrição* ilegítima do campo aos fenómenos sociais humanos, exclusivamente, e em segundo lugar uma *extensão*, também infundada, do campo dos fenómenos sociais à totalidade dos fenómenos humanos (“tudo o que é humano é social”).

Se, na esteira de L. Scubla, dermos à expressão “ciências do social” o sentido de “conjunto de todas as ciências que estudam fenómenos sociais”, quaisquer que sejam as espécies implicadas, obtemos um campo científico mais restrito que a totalidade dos fenómenos humanos, mas mais extenso que os fenómenos sociais humanos (ver Figura 3).

Abandonamos assim um certo “paroquialismo humanista”, mas assumimos o ónus da definição do conceito de “social” (ou “fenómenos sociais”). Ora, a solução que propusemos, que consiste em tomar apoio na noção de “níveis fenomenológicos”, cuja fecundidade constatámos, esbarra com limites que também já começámos a entrever. Estes são de duas ordens: em primeiro lugar, a extensão do domínio dos fenómenos conceptualizados como “sociais” para além do âmbito restrito do humano; em segundo lugar, a utilização do conceito de socialidade não como característica de um determinado nível de

¹ Este capítulo retoma, de forma abreviada, uma parte da “Lição de síntese”.

² Universidade de Évora, CIDEHUS

realidade (ou escala de observação), mas como conceito formal, construído pela definição de um conjunto *sui generis* de relações entre elementos e por isso mesmo susceptível de ser utilizado como instrumento analítico em domínios inesperados (biologia molécula ou celular, domínio do artificial, das máquinas).

4.1.1 A mais antiga extensão da definição para além das sociedades humanas concerne à admissão, tradicional, da existência de socialidade animal, tradição que se refere em particular a certas espécies, cujo comportamento social é excepcionalmente complexo. Pensamos, pois na distinção sumária entre espécies animais sociais e espécies não sociais. Entre as primeiras os exemplos clássicos são as abelhas, as formigas, ou, na classe dos mamíferos, os animais gregários como o Lobo; de modo mais evidente ainda, os primatas. Este primeiro alargamento, antigo, da noção de “animal social” deixa de fora certas espécies, cuja socialidade ou é difícil de perceber ou é reduzida. Mesmo entre os mamíferos, foi durante muitos anos considerado que certas espécies, cujos membros vivem quase sempre em solitários, apenas se relacionando por ocasião da reprodução (por exemplo o Urso castanho), eram espécies “não sociais”. Esta distinção foi pouco a pouco posta em causa, pois a observação mostrou que uma intensa socialização tem lugar enquanto as crias não são autónomas, e que esta desempenha um papel fundamental durante os encontros esporádicos e de modo mais decisivo, durante os períodos de acasalamento. Num certo sentido, mais lato, todas as espécies animais podem ser ditas “sociais”, variando apenas as formas de socialidade, a sua intensidade e complexidade etc.

4.1.2 Todavia, o alargamento da noção a um número muito mais elevado de espécies deixa intacto o critério principal, que restringe a noção de “relação social” às relações intraespecíficas, excluindo por conseguinte todas as relações entre indivíduos pertencentes a espécies diferentes. Para designar as relações inter específicas a Ecologia forjou conceitos como por exemplo os de comensalidade ou simbiose. Nesta, a manifesta associação entre indivíduos de espécies diferentes é primeiro encarada enquanto associação entre espécies. Mas a descrição das relações concretas entre indivíduos pertencentes a espécies diferentes, simbióticas, vem revelar que os parâmetros são

homólogos aos que regem as relações sociais propriamente ditas: comunicação, cooperação, conflito, ajustamento e/ou regulação. Os inúmeros exemplos que foram descritos nas últimas décadas autorizam, pelo menos, a colocar em dúvida que se trate, na simbiose, sempre de um tipo completamente distinto de relações, e exige que a examinemos com as ferramentas da descrição do social (etológicas e sociológicas). Nem a forma particular de “simbiose” que representam as relações entre os humanos e os seus animais domésticos (e também, mas não só de estimação) escapa a esta redefinição do campo do social.

4.1.3 Uma nova extensão da noção de “social” foi operada onde menos se esperava, nas relações entre os humanos e os artefactos que os rodeiam, em particular com as máquinas, e no seio destas com os computadores. Numa série de círculos concêntricos, estes últimos ocupam o primeiro, mais próximo dos humanos porque atingindo as esferas mais complexas do comportamento e do psiquismo, as máquinas em geral um segundo círculo, enfim, as construções e os objectos estáticos, um terceiro círculo. São, todos estes, os componentes eventuais das “redes híbridas” que estudam Michel Callon e Bruno Latour entre outros (CALLON and LAW 1997). Nas redes híbridas, os elementos são máquinas, micróbios, conceitos, e... indivíduos e grupos humanos. Ora, tais redes são campos de socialidade; o que nelas “circula” é social, e os seus elementos “desempenham papéis” sociais. O artefacto, produto de uma actividade técnica que é sempre também social, não só está marcado (na sua forma, nas suas funções), pela actividade social que é sua origem, como é capaz de “participar” em actividades sociais. Ele não será apenas *mediador* entre dois sujeitos humanos (caso em que a realidade da relação assenta nos indivíduos humanos cuja actividade é mediatizada pelo artefacto), como também suporte da relação quando um só humano está envolvido (Knorr-Cetina 1997).

Um exemplo claro desta participação encontra-se na relação entre uma colectividade e o seu território. Mostrámos, num estudo sobre a memória colectiva de uma colectividade rural, que o espaço próprio da colectividade, sendo moldado pela actividade social de dezenas de gerações ao longo de séculos, se torna uma memória externa da colectividade, um motor de

identificação e um elemento indispensável da sobrevivência da cultura local. Enquanto artefacto (embora os objectos de transformação sejam tanto minerais como vegetais e animais), o território faz parte da sociedade, enquanto elemento decisivo da sua identidade e da sua reprodução de acordo com padrões culturais que ele contribui para fixar. Tais espaços deixam de poder ser considerados como puros objectos inertes, passivos, e integram o domínio dos fenómenos sociais.³

4.1.4 Mencionemos por fim uma última extensão do campo do social, talvez menos esperada ainda. Ela situa-se como referimos no outro extremo da escala de observação, e concerne à escala infra-individual, celular. A observação das relações entre células conduziu certos biólogos a aplicar-lhes os conceitos fundamentais das ciências do social. Se o modelo cibernético generalizado permanece incapaz de explicar os complexos processos de associação, de comunicação, de cooperação e de oposição entre células⁴, ao invés, o recurso à noção de socialidade, de competição, de cooperação social, de comportamento altruísta, de regulação iterativa e recíproca dos comportamentos, parece susceptível de ultrapassar o bloqueamento das teorias biológicas. Tal é o ponto de vista de P. Sonigo que após longos anos de investigação em biologia molecular e celular, recorre a algo como uma “sociologia”, como dos numerosos biólogos que recorrem à noção de “sociedades celulares” como instrumento de descrição das relações entre células⁵ e de explicação das suas formas complexas de organização.

³ Outro tipo de exemplos são os laboratórios e as comunidades científicas que os habitam, neles e deles vivem, neles se moldam, etc. Cf. Latour et Woolgar Latour, B. and S. Woolgar (1988). *La vie de laboratoire. La production des faits scientifiques*. Paris, La D,couverte..

⁴ Nomeadamente porque o modelo cibernético permanece um modelo do *comando* e da *retroacção* (positiva ou negativa) ao comando, esbarrando com a fronteira da teleologia (finalidade) do sistema e da origem do comando (razão, motivo ou causa do comando como causa).

⁵ O conceito de “social” tende a impor-se de tal modo nesta nova biologia que a própria célula é por vezes descrita como uma “sociedade” de sub-elementos especializados, compartimentos dotados de uma certa autonomia e organizados em função de uma “divisão do trabalho celular”.

Mais inquietante ainda é pois para o espírito acostumado às classificações tradicionais esta proposta dos biólogos (em particular de uma certa biologia da evolução), que consideram que alguns fenómenos de organização intercelular apenas podem ser convenientemente descritos em termos de associação, de cooperação, de divisão de tarefas, implicando um sistema de comunicação entre células que autoriza o recurso à categoria do *social*. “Sociedades de células” (Marcelpoil, Beaurepaire et al. 1994), eis a metáfora que nos é proposta⁶. A questão que sobra é a de saber se estamos apenas perante o uso metafórico de um termo ou se assistimos à transferência judiciosa de esquemas teóricos.

4.2 Determinação do “social” pela estrutura dos sistemas de relação

Ao perfilhar, ainda que a título hipotético, uma concepção do social – da socialidade – que abrange, para além das habituais relações entre indivíduos e grupos de indivíduos da mesma espécie, certas relações (mas obviamente não todas) que se estabelecem entre indivíduos (mormente organismos pluricelulares superiores) de espécies distintas, assim como as que podem interligar seres vivos monocelulares, e ser aplicada com sucesso no domínio da biologia celular; ao acolher uma concepção do social susceptível de descrever até modos de associação entre agentes humanos e não humanos (artificiais), ou apenas entre agentes artificiais⁷, estamos a admitir que as ciências do social podem concentrar a sua atenção sobre *qualquer destes domínios de fenómenos* apoiando-se numa epistemologia e numa metodologia fundamentalmente homogéneas. De uma visão “estratificada” que apresentámos de início, em que a sucessão das escalas de observação, correspondendo a níveis fenomenológicos definidos pela constituição de objectos característicos, é marcada pelo surgimento ao nível ecológico dos fenómenos sociais no sentido habitual, restrito (sociedades de organismos

⁶ Ver também o livro, já citado, de Debra Niehoff, *The Language of Life* (2005), Joseph Henry Press. Acessível e consultado em <http://www.nap.edu/books/0309089891/html/R1.html>

⁷ Veja-se o trabalho que tem sido levado a cabo durante a última década sobre as sociedades artificiais, com vasta publicação, nomeadamente no *JASS*, *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*; endereço: <http://jasss.soc.surrey.ac.uk/8/4/12.html>

superiores), passamos para a construção de um ponto de vista “transversal” que, definindo o social enquanto sistema peculiar de relações, pode ser empregue na descrição de qualquer nível fenomenológico.

Ao sugerir a possibilidade desta visão ortogonal à sucessão dos níveis estamos também a abrir a via a uma segunda consequência: a da legitimidade, agora mais firmemente alicerçada, da abordagem dos fenómenos sociais *lato sensu*, por qualquer ciência. A condição de admissibilidade repousa exclusivamente no tipo (estrutura formal) dos fenómenos estudados, nos problemas construídos a partir deles e não na escala específica de observação em que eles se manifestam. Em comum teremos pois o ponto de vista fundamental, e os instrumentos conceptuais, especificados, cada um, pela problemática própria das diversas disciplinas.

Estaríamos, se esta via viesse a consolidar-se, perante uma singular inversão de perspectivas: onde, nos inícios da tentativa de construção de ciências sociais, estas apelavam para modelos produzidos no seio de ciências mais robustas (desde a importação dos modelos organicistas por Spencer às tentações da sociobiologia), assistimos agora à exportação dos modelos descritivos e explicativos das ciências sociais para as outras ciências (biologia, inteligência artificial). A descoberta da socialidade enquanto forma especial de sistemas de relações impõe-se em domínios de fenómenos que pareciam totalmente alheios.

Tal perspectiva tem, curiosamente, um precedente que as CS mais comumente aceites têm votado a um certo esquecimento: Gabriel Tarde, de que não resistimos a citar, à maneira de epílogo e para deixar aberta a interrogação, um excerto da sua obra de 1893:

“Mais cela suppose d'abord *que toute chose est une société*, que tout phénomène est un fait social. Or, il est remarquable que la science tend, par une suite logique d'ailleurs de ses tendances précédentes, à généraliser étrangement la notion de société. Elle nous parle de sociétés animales (voir l'excellent livre de M. Espinas à ce sujet), de sociétés cellulaires, pourquoi pas de sociétés atomiques ? J'allais oublier les sociétés d'astres, les systèmes solaires et stellaires. Toutes les sciences semblent destinées à devenir des branches de la sociologie. (...)

Qu'un philosophe comme Spencer assimile les sociétés à des organismes, rien de surprenant, et au fond, rien de bien nouveau si ce n'est l'extraordinaire dépense

d'érudition imaginative faite au profit de cette vue. Mais il est vraiment remarquable qu'un savant, un naturaliste des plus circonspects tel que M. Edmond Perrier ait pu voir dans l'assimilation des organismes aux sociétés la clé des mystères vivants et la dernière formule de l'évolution. (...)

De même qu'on avait employé toutes les comparaisons que peuvent fournir les degrés de parenté pour exprimer les rapports que les animaux présentent entre eux, avant de supposer qu'ils fussent unis par une parenté réelle, qu'ils fussent effectivement consanguins, de même on n'a jusqu'à présent cessé de comparer les organismes à des sociétés ou les sociétés à des organismes, sans voir dans ces comparaisons autre chose que de simples vues de l'esprit. *Nous sommes au contraire arrivés... à cette conclusion que l'association avait joué un rôle considérable sinon exclusif dans le développement graduel des organismes* » (...) ⁸
(Tarde 1893) Itálicos no original).

Torna-se possível terminar esta rápida incursão nos novos caminhos do conceito de socialidade (e de fenómeno social), concluindo, senão *a contrario*, com uma perspectiva que é, pelo menos, ortogonal à que se socorria da noção de níveis fenomenológicos: uma teoria do social, uma teoria, por outras palavras, da *estrutura fundamental da socialidade*, é um instrumento conceptual transversal, susceptível de ser utilizado para descrever realidades situadas às escalas e em domínios de fenómenos até há pouco tratados, como por direito próprio, de modo inteiramente separado: células, organismos, sociedades animais e humanas, sociedades inclusivas de artefactos...

Quais são, ao cabo deste rápido percurso as ciências sociais (de acordo com a nomenclatura habitual, que conservamos por comodidade), ou, melhor, as ciências do social? A resposta é óbvia, por mais incómoda que resulte: *qualquer ciência* pode ser ou tornar-se uma ciência do social, a partir do momento em que constrói objectos que se referem aos fenómenos de natureza social. Por outras palavras, todas as ciências cujos objectos podem conter aspectos sociais. Ora estes não podem ser definidos senão de modo formal. Será que assistimos a um movimento insólito, que representa algo como uma

⁸ Não pudemos localizar a referência original completa da obra de Gabriel TARDE (1893) *Monadologie et sociologie* (texto que foi primeiro publicado na *Revue internationale de sociologie*, tome I, e é disponibilizado pela Universidade de Quebeque na Internet, no endereço http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html, onde pode ser livremente consultado.

mudança de sentido de 180°, em que, como o antevia Tarde e como o reivindica B. Latour, são as ciências “naturais” que importam das ciências sociais os conceitos fundamentais que lhes permitem renovar os seus próprios problemas?

CALLON, M. and J. LAW (1997). L'irruption des non-humains dans les sciences humaines: quelques leçons tirées de la sociologie des sciences et des techniques. Les limites de la rationalité. B. REYNAUD. Paris, Éditions La Découverte: 99-118.

Knorr-Cetina, K. (1997). "Sociality with Objects. Social Relations in Postsocial Knowledge Societies." Theory, Culture & Society **14**(4): 1-30.

Latour, B. and S. Woolgar (1988). La vie de laboratoire. La production des faits scientifiques. Paris, La D,couverte.

Marcelpoil, R., E. Beaurepaire, et al. (1994). "La sociologie cellulaire : modéliser et simuler une “société” cellulaire pour étudier le vivant." Intellectica **19**(2): 53-72.

Tarde, G. (1893). Monadologie et sociologie. Paris, Revue internationale de sociologie.